

REMINISCÊNCIAS INDÍGENAS DA IDENTIDADE PIRAQUARA: SILÊNCIO DA MEMÓRIA E CULTURA LOCAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS- SP

Gabriel Guido de Almeida, Geraldo Edson Duarte, Valéria Zanetti

UNIVAP/FEA, Av. Shishima Hifumi, 2911- Urbanova – São José dos Campos, SP
Laboratório Pró-Memória SJC - IP&D – UNIVAP, gabrielguido.13@gmail.com, geneno08@gmail.com, vzanetti@univap.br

Resumo - Objetiva-se estudar as reminiscências indígenas no município de São José dos Campos a partir da historiografia regional, no que concerne aos aspectos socioculturais e à arqueologia da paisagem, tendo como foco a busca de heranças ou legados da memória social e da cultura material e imaterial da identidade indígena na região. Embasado pelos estudos arqueológicos, o estudo se vale de fontes secundárias, com auxílio dos preceitos da Nova História e de entrevistas com reminiscentes de culturas originárias da região de São José dos Campos, interligando as pesquisas com as informações obtidas a partir da existência dos sítios arqueológicos da região.

Palavras-chave: Memória, Identidade, Cultura, Reminiscência, Vestígios, História.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas.

Introdução

O presente artigo tem como proposta a compreensão das sociedades indígenas tradicionais que ainda habitam a região do Vale do Paraíba. Estudos arqueológicos apresentam o início do povoamento humano na América por volta de 40.000 anos atrás, que se intensificou a partir de 15 mil anos, ao ponto de originar comunidades dos grupos caçadores-coletores e ceramistas, formando mais de 2.600 línguas de diversos grupos em todo o continente (CARDOSO, 1981: p.14 - 16).

A América do Sul, historicamente, nos tem conferido uma gama de diversidade étnica e de sistemas sociopolíticos corporificados nas múltiplas populações originárias, com sociedades "acéfalas que não permite o exercício de força ou dominação de uns membros sobre os outros ou cacicados hierárquicos, com organização política centralizadora em uma vasta rede de comunidades interrelacionadas e até mesmo Cidades-Estados, como o Império Incaico e seus predecessores" (RAMOS, 1995: p.09).

Em poucos anos que precederam a conquista e colonização do território que hoje corresponde ao litoral do Brasil, estava estabelecida uma população de seis milhões de habitantes, dividida em grupos com 600 línguas indígenas distintas. Porém, logo após os primeiros contatos com os portugueses, o violento processo civilizatório começou a avançar sob as populações nativas, o que levou ao extermínio de aproximadamente 450 grupos humanos diferentes (AZANHA e VALADÃO, 1991: p.03).

Analisando as condutas dos colonizadores logo após o ato de integração de posse do território, os portugueses passam a se assentar nas terras indígenas conquistadas para fazer uso dos mesmos como feitoria, iniciando assim um processo de exploração. A necessidade de mão de obra para realização dos serviços, levou ao uso vantajoso da força braçal dos povos conquistados, o indígena americano.

Visando aproveitar o sentimento de rivalidades e constantes conflitos entre os grupos nativos, os portugueses buscaram se aliar aos Tupiniquim, uma vez que seus inimigos, os tupinambá e tamoio eram aliados dos franceses, que tentavam invadir o domínio lusitano, da mesma forma que espanhóis e guaranis se associaram contra portugueses e tupis no sul do país (MONTEIRO, 1999: p.29).

Na visão do colono português, os nativos eram separados em dois grupos, os "índios bravos" eram inimigos e faziam alianças com estados europeus inimigos: portanto eram considerados estrangeiros, justificando as chamadas "guerras justas". Já os "índios mansos" eram fundamentais para o fortalecimento dos portugueses, eram vassallos do Rei de Portugal e defensores das fronteiras do Brasil português. Os índios aldeados "não apenas participaram dos combates, como forneceram as armas e a tática de guerra" (MONTEIRO, 1999: p.29).

Após constantes guerras, os nativos capturados pelos colonos eram reduzidos a situação de mão de obra cativa ou mercadoria. Visando assegurar a catequização dos indígenas, os padres jesuítas deram início aos aldeamentos procurando “proteger” os nativos. Mas na realidade a política de aldeamento gerou conflitos entre colonos e jesuítas, dando início o movimento de encaço ao nativo, as Bandeiras, que invadia aldeamentos dos jesuítas com objetivo de apresamento, mesmo com medidas legais que proibiam a escravização dos nativos, que com as perseguições sofridas na capitania de São Paulo adentram para os interiores do território ,procurando fugir do apresamento e com isso dando início as aldeias de Nossa Senhora da Escada e a aldeia São José do Rio Comprido, primeiro local escolhido para dar origem a futura cidade de São José dos Campos (PAPALI et. al. 2015: pg.06).

A princípio, São José dos Campos foi, primordialmente, uma fazenda de gado. Esta afirmação consiste em outra tese sobre a origem da cidade, presente na documentação da Companhia de Jesus, que atribuiu a fundação da cidade a uma fazenda de gado pertencente ao colégio de São Paulo, no Rio Comprido. Posteriormente o núcleo foi disperso e se alojou no centro da cidade de São José dos Campos, fato comprovado pelo auto de ereção da aldeia à vila em 1767, e pela relação das aldeias de 1965 que se encontram no Arquivo Histórico de São Paulo (PAPALI, 2011: p.52/ p.82).

Metodologia

O estudo contempla a História Social, com destaque para conceitos sobre a memória coletiva e a identidade cultural, a fim de contextualizar as múltiplas origens indígenas negligenciadas em São José dos Campos. Por meio dos recursos da oralidade, foram coletados depoimentos de reminiscências de culturas nativas desta região, como o testemunho de Edvirgem Souza Faria (67 anos), com propósito de estabelecer as conexões entre a cultura Piraquara como reminiscência do traço cultural indígena. Utilizou-se também do Ensaio Fotográfico sobre Cultura Piraquara no Vale do Paraíba de João Teodoro e Luciana Almeida – Paraíba do Sul, Rio Sagrado (1997).

Discussão

Reconhece-se que, a partir dos processos coloniais de dominação e exploração das populações autóctones, legítimos habitantes desta região, houve dispersão de muitos deles no período de fundação e estruturação da aldeia de São José dos Parahyba (1680), alicerçada a partir de um núcleo de povoamento indígena local. Inserida ao contexto no século XVI, os aldeamentos eram resultados das políticas de dominação do território empreendidas pela Coroa Portuguesa, praticada por grupos povoadores lusitanos e eclesiásticos da Companhia de Jesus. Essa política denotou grande movimento para a conquista das populações indígenas desta região, bem como nas demais localidades da colônia portuguesa no Brasil ((PAPALI, 2011: p.52/ p.82).

Buscar o isolamento, para restringir o contato com os europeus, impossibilitando assim o exercício da dominação, foi o que permitiu a grupos indígenas preservarem ao menos parcialmente a transmissão de valores sociais e culturais, bem como a sua herança genética. Os nativos que resistiram ao processo de dominação migraram para o interior do território forçados a adaptação em regiões com menos recursos do que o habitual, um preço alto para o modo de vida originários.

Por outro lado, os nativos que foram dominados iniciaram, juntos aos jesuítas, as novas aldeias na colônia, que futuramente seriam elevadas à vilas e posteriormente, cidades. Portanto, a Aldeia de São José do Parahyba, futura cidade de São José dos Campos, como diversas outras cidades paulistas, teve as populações indígenas aldeadas (PAPALI et. al. 2015: pg.06).

Investigando as ações colonizadoras e as origens das cidades brasileiras, recorrendo às bibliografias que fazem referências aos períodos estudados, pode-se afirmar que o nativo esteve sempre presente no contexto histórico de formação das cidades brasileiras e São José dos Campos, assim como muitas cidades do vale do Paraíba, passaram basicamente pelos processos de edificação.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil e todas as posses da ordem foram confiscadas por Portugal. Na mesma época, Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, conhecido como Morgado de Mateus, assumiu o governo de São Paulo, com a incumbência de reerguer a capitania. Uma das primeiras providências foi elevar à categoria de vila diversas aldeias, entre elas São José, com o objetivo de aumentar a arrecadação provincial. Mesmo antes de se tornar freguesia, a aldeia foi transformada em vila em 27 de julho de 1767 com o nome de São José do Paraíba. Foram erguidos o

pelourinho e a Câmara Municipal, símbolos que caracterizavam a nova condição (PAPALI, 2011: p.52/ p.82).

A partir da elevação de São José à cidade, percebe-se o silenciamento da memória, história e cultura daqueles que foram os primeiros a habitarem a região em estudo. Para adentrarmos aos âmbitos de nossa argumentação, destaca-se a resistência de um passado indígena em forma de fragmentos das culturas tradicionais preservados em poucos costumes (como crenças, alimentação, artesanatos, pesca, caça, festas e hatitação) no modo de vida da comunidade ribeirinha Piraquara (distrito de Eugenio de Melo), que ainda habita as margens do Rio Paraíba do sul, dentro dos limites do município joseense. Uma entrevista que nos foi concedida pela senhora Edvirgem Souza Faria (67 anos), nos foram relatados hábitos e costumes piraquaras, com possibilidade de evidenciar similaridades quanto ao modo de vida dos primeiros habitantes da região de São José dos Campos.

A depoente, Edvirgem Souza Faria, natural de São José dos Campos, moradora do bairro Cidade Morumbi, zona sul da cidade, na infância, até os 8 anos de idade, viveu numa comunidade isolada as margens do Rio Paraíba do Sul. A depoente nos relatar um pouco da vivência piraquara:

Eu nasci no chão perto de uma fogueira, não tinha cama, só tinha uma panela enganchada na parede, nasci não chão e sou gêmea né! Daí eu vivi e minha irmã morreu [...] A casa era uma oca que meu pai fez, igualzinho mesmo a do índio. [...] Aqui em São José dos Campos mesmo, onde hoje é o clube Santa Rita (próximo ao Urbanova), [...] depois de 50 anos, quando cheguei já tinha pessoas me esperando pra me apresentar de casa em casa na comunidade, um abraço que dá em você, eles sabem se é parente ou não, ai fazem você andar no mato por 2 km sem conhecer o trilho, pra saber se você é do povo deles (FARIA, 2016).

A terminologia Piraquara matiza do Tupi *pira'kwar* (pescaria), sendo uma alcunha para as comunidades tradicionais ribeirinhas de pescadores artesanais que ainda as margens do Rio Paraíba, não somente em São José dos Campos, como em toda a extensão do Vale do Paraíba. Denotando assim um traço remanescente de cultura própria estreitamente ligada ao rio e a um modo de vida simples, com casas de taipa e chão de barro. O que aproxima o piraquara de sua herança indígena consiste na confecção de instrumentos de diversão (brinquedos rústicos) e sobrevivência (Canoas, redes de pescas e armadilha de taquara), sendo através da interação com natural e dos saberes antigos ainda praticados (ALVES e BRAGA, 1997: p.6). Relatam os autores que

O relativo isolamento do habitante piraquara é responsável por uma perfeita adaptação à ecologia regional. A harmonia e o domínio de técnicas e usos de meio marcam a relação do pescador com o rio, suas margens, fauna e flora. Suas casa são feitas com materiais disponíveis na natureza: barro, bambu, madeira e sapê. Organizam-se em pequenas comunidades nas margens do Paraíba e têm sua economia centrada na pesca e na agricultura de subsistência. Ao redor das casa cultivam hortaliças, mandioca, árvores frutíferas e plantas medicinais (ALVES e BRAGA, 1997: p.36).

Perguntada sobre a relação da comunidade Piraquara com o Rio Paraíba do Sul, Faria (2016) ressalta vínculo quase que religioso deste com a natureza e, especialmente, com o rio:

Eles veem como o sustento deles né, a alegria da vida deles. Se saírem de lá, eles morrem tudo! É porque já estão acostumados, tudo é o rio [...] O menino Jesus pra eles é a natureza, por que eles não têm religião [...] é a natureza! Eles creem assim oh; Em deus né, no vento, no sol, na lua e nas estrelas, que eles acreditam! E na água e a terra que é aonde eles pisam e plantam, só isso! Diferente de nós né?! Eu se pudesse morava lá, eles até me deram lugar pra mim [...] (FARIA, 2016).

Sendo assim, podemos notar o traço indígena remanescente nas tradições dos Piraquaras, uma vez que tais vestígios são os únicos que nos restam de uma região densamente povoada por múltiplas etnias que sofreu tão intensamente os impactos da colonização, passando por todas as fases posteriores.

Conclusão

Os processos de omissão da relevância desta ancestralidade na história da formação social de São José dos Campos nos remetem tanto ao passado, nos anos primordiais de estruturação do núcleo de aldeamento indígena de São José do Paraíba (1643) no qual alicerçou as bases para a elevação à vila (1767), quanto à história recente. No século XX, o município passou a incorporar fenômenos modernos de desenvolvimento, tornando-se uma cidade altamente tecnológica e industrializada. Mas que, por contradição, vê constantemente sua cultura e memória fundadora ser apagada e remodelada ciclicamente conforme os avanços urbanos na paisagem histórica deste município. Sobre essa questão, Pollak enfatiza:

Existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, "não ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a malentendidos. No plano coletivo, esses processos não são tão diferentes dos mecanismos psíquicos ressaltados por Claude Lévi-Strauss: "A linguagem e apenas a vigia da angústia. Mas a linguagem se condena a ser impotente porque organiza o distanciamento daquilo que não pode ser posto à distância. É aí que intervém, com todo o poder, o discurso interior, o compromisso do "não-dito" entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior." A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989: p.06).

Para a recuperação das memórias silenciadas, buscou-se compreender e dar representatividade, às reminiscências culturais originárias do município de São José dos Campos. Após estudos realizados, pode-se afirmar que algumas comunidades que vivem praticamente isoladas em ilhas existentes, às margens do Rio Paraíba do Sul, que concentram o Piraquara, guardam nos seus modos de vida, hábitos e costumes, como crenças, alimentação, artesanatos, pesca, caça, festas e hatitação, semelhanças de formas de vida dos primeiros ocupantes da região (os nativos). Essas comunidades, interiorizadas, extraem recursos da natureza para sua sobrevivência. O povo piraquara tem, no Rio Paraíba do Sul, a sua maior riqueza, de onde proveem sua principal fonte de alimento, assim como seus ancestrais diretos, os indígenas que habitam outrora esse território (ALVES e BRAGA, 1997: p.36).

Referências

- ALVES, J. T.; BRAGA, L. A. **Paraíba do Sul, Rio Sagrado**. São José dos Campos - SP: 1997.
- AZANHA, G.; VALADÃO, V. M. **Senhores destas terras - os povos indígenas no Brasil: da colônia aos nossos dias**. 7ª. ed. São Paulo: Atual, 1991.
- CARDOSO, C. F. S. **América Pré-Colombiana**. 7ª. ed. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- MONTEIRO, J. M. **Os Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo no século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- PAPALI, M. A. **São José dos Campos: de Aldeia a Cidade**. São José dos Campos : v. III, 2011.
- PAPALI, M. A. et. al. **Colonização da região de São Paulo: Índios, Colonos, Jesuítas e Bandeirantes**: encontrado em <<http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/2015/07/29/colonizacao-da-regiao-de-sao-paulo-indios-colonos-jesuistas-e-bandeirantes/>> acesso dia 22/09/16 às 15:01



POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 2, 1989.

RAMOS, A. R. **Sociedades Indígenas**. 5ª. ed. São Paulo : Ática , 1995.

Depoimento

FARIA, Edvirgem de Sousa, 2016.